

PERPART PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ: 02.534.914/0001-68.

Relatório da Administração: Srs. Acionistas: A Pernambuco Participações e Investimentos S.A., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vem submeter à apreciação de V.Sas. O Bal. Patrimonial e demais Demonst. Financeiras do exerc. findo em 31.12.2000, devidamente acompanhadas das Notas Explicativas e dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. **Gestão Administrativa:** Alicerçada no Programa de Reforma Administrativa do Estado, iniciado neste Governo e em face das Incorporações da Ex-Emater e Ex-Cohab, efetivadas no final do exerc. de 1999, esta administração pugnou pelo saneamento financeiro da empresa, em virtude dos vultuosos compromissos advindos das empresas incorporadas, mormente no que se refere às causas trabalhistas e ao não recolhimento das contribuições sociais, fiscais e FGTS, conseguindo contratar com o Governo Federal através do Programa de Recuperação de Crédito Fiscais - REFIS e Caixa Econômica Federal, e alargar o perfil da dívida contratada propiciando uma redução significativa de desembolsos mensal por parte do Tesouro do Estado. Por outro lado, procedeu-se ao enrugamento da estrutura organizacional, c/ redução de cargos comissionados, além de se intensificar a cobrança dos créditos provenientes da cessão de Pessoal e dos fundos de desenvolv. que administra, possibilitando mais outra redução de aporte de recurso do Estado, no que concerne a manutenção da empresa, e atendendo aos processos programáticos de contenção de despesa. A Administração.

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro - Em Reais			Demonstração do Resultado - Em Reais					
A T I V O			2000			1999		
Circulante								
Caixas e bancos	1.275.783	464.249	Receita bruta			226.932	843.989	
Aplicações financeiras	70.047	218.154	Deduções da Receita					
Valores em trânsito	36.489	34.090	Imposto sobre as receitas de serviços			(8.284)	(74.943)	
Contas a receber	9.721.160	9.798.892	Receita líquida			218.648	769.025	
Estoques	22.580	54.966	Custos dos serviços prestados			(35.501)	(203.988)	
Depósitos judiciais e cauções	1.367.255	600.197	Lucro Bruto			183.147	565.037	
Tributos a recuperar	86.491	52.008	Receitas (despesas) operacionais					
Adiantamentos a empregados	768.046	807.150	Despesas administrativas			(28.074.105)	(5.694.171)	
Convênios c/ prefeitura e pessoas físicas	2.354.059	2.284.188	Despesas tributárias			(347.513)	(176.387)	
Convênios de cessão de pessoal	820.751		Despesas financeiras			(28.416.930)	(41.343.710)	
Despesas antecipadas		2.579	Receitas financeiras			16.533	1.440.895	
	16.522.661	14.416.473	Outras receitas (desps.) operacionais			35.788.657	7.770.804	
						(21.053.158)	(38.002.669)	
Realizável a longo prazo			Resultado de participação societárias					
Depósitos judiciais e cauções	1.407.019	1.399.220	Equivalência patrimonial			1.597.691	1.853.599	
Contas a receber - alienação cart.imob.	562.751.190	580.206.328	Prejuízo operacional			(19.272.320)	(35.584.033)	
Convênios diversos	1.672.097	1.672.097	Receitas não operacionais, liq.			186.878	59.891	
Projetos habitacionais	40.718.186	4.718.186	Prejuízo do exercício			(19.085.442)	(35.524.142)	
Terrenos para edificações	5.699.282	5.699.282						
Outros	1.606.160	1.613.703						
	613.853.934	631.308.816	Prej. por ação no final do exercício			(453.69)	(844.47)	
Permanente			Demonstração das Origens e Aplica. de Recursos - Em Reais					
Investimentos	4.934.874	2.890.263	Aplicações de recursos			2000	1999	
Imobilizado	12.457.571	11.729.508	Das operações sociais					
Diferido	7.596	8.620	Prejuízo do exercício			19.085.442	35.524.142	
	17.400.041	14.628.391	Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:					
	647.776.636	660.353.680	Equivalência patrimonial			1.597.691	1.853.599	
			Depreciações e amortizações			(1.024)	(18.897.178)	
			Ajustes de exercícios anteriores			(305.891)		
						20.376.218	20.480.563	
			Aumento no realizável a longo prazo			10.363	10.719.866	
			Transf. do exig. a l. prazo p/o pass. circ.			362.653	1.001.988	
			No ativo permanente					
			Investimentos				105.373	
			Imobilizado			728.063	25.819.403	
						1.101.079	37.846.630	
			Total das aplicações de recursos			21.477.287	58.127.193	
			Origens dos recursos					
			Dos acionistas					
			Aumento do capital				36.170.102	
			Prejs. acumulados - Incorporação				(23.641.928)	
							12.528.174	
			De terceiros					
			Aumento do exigível a longo prazo			16.225.518		
			Redução do realizável a longo prazo			17.465.245		
						33.690.763		
			Total das origens de recursos			33.690.763	12.528.174	
			AUMENTO (RED.) NO CAP. CIRCUL.			12.213.466	(45.599.019)	
			VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE					
			ATIVO CIRCULANTE					
			NO FIM DO EXERCÍCIO			16.522.661	14.416.473	
			NO INÍCIO DO EXERCÍCIO			14.416.473	8.017.106	
						2.106.188	6.399.367	
			PASSIVO CIRCULANTE					
			NO FIM DO EXERCÍCIO			42.114.283	52.221.540	
			NO INÍCIO DO EXERCÍCIO			52.221.541	223.154	
						(10.107.278)	51.988.386	
			AUM. (RED.) NO CAP. CIRCULANTE			12.213.466	(45.599.019)	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS				
	Capital social	Res. de capital	Res. de reavaliação	Preju. acumulados
Em 31 de dezembro de 1998	13.200.000			(2.608.179)
Incorporação da COHAB	36.170.102			
Reserva de reavaliação de bens			742.193	
Incorporação da EMATER				(23.641.929)
Prejuízo do exercício				(35.524.142)
Em 31 de dezembro de 1999	49.370.102			(61.774.250)
Ajuste de exercícios anteriores				305.891
Isenção/redução - LAFEPE		262.320		
Doações e subvenções - LAFEPE		184.600		
Realização da reserva de reaval. - LAFEPE			(29.688)	29.688
Prejuízo do exercício				(19.085.442)
Em 31 de dezembro de 2000	49.370.102	446.920	712.505	(80.524.113)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E DE 1999.

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Pernambuco Participações e Investimentos S.A. - PERPART, é uma companhia de economia mista de capital fechado, criada pela Lei nº 11.314, de 29 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 19.243, de 07 de agosto de 1996, com redação dada pelo Decreto nº 20.510 de 30 de abril de 1998, Lei estadual 11.671 de 27.09.99 e Decreto 17.723 de 27.09.99, estando vinculada a Secretaria da Administração e Reforma do Estado. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada, cumulativamente, com Assembleia geral ordinária de 11 de maio de 1999, foi decidido, por unanimidade, pelas acionistas o cancelamento do registro de n. 01751-5 de companhia aberta junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários que, por solicitação de sua diretoria a esse órgão, foi promovido o respectivo cancelamento de registro em 09 de junho de 1999.

INCORPORAÇÃO DA COHAB - PE E EMATER - PE - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de novembro de 1999 foi aprovada incorporação do acervo líquido total da COHAB-PE e EMATER-PE tendo em vista os termos do art. 9 do decreto estadual n. 21.849, de 19.11.99.

1.1 - Objeto Social: A geração e gestão de recursos para alocação em investimentos públicos no território do Estado de Pernambuco, e a administração dos créditos direitos e obrigações decorrentes da incorporação de outras empresas públicas e sociedades de economia mista das quais o Estado detenha o controle acionário. Ainda, I - participar do capital de outras sociedades, públicas ou privadas, como sócia ou acionista, bem como promover projetos especiais de interesse do Estado de Pernambuco.

A CEPE atesta a autenticidade do presente documento na data de 17/05/2005

NUMERO DO PROTOCOLO: A129424720285 - diario.cepe.com.br | Série do certificado digital: 165640197508178107944589834000446575623

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2000 e de 1999 - Continuação

FCVS, no montante total de R\$ 619.447.843 composto na forma a seguir: - 58.903 créditos hipotecários caucionados à Caixa Econômica Federal - CEF, originários de operações firmadas com recursos do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS, que contam com a abertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, no montante de R\$ 458.551.037. - 2.088 créditos hipotecários caucionados à Caixa Econômica Federal - CEF, originários de operações firmadas com recursos do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS, que não contam com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, no montante total de R\$ 33.407.022. - Créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS pertencentes a COHAB - PE e já devidamente caracterizado como de responsabilidade do FCVS, no montante de R\$ 127.489.784.

b) Contrapartida do Governo do Estado à COHAB - PE pela venda da Carteira Imobiliária. - Em decorrência da cessão da Carteira Imobiliária da COHAB - PE para o Governo do Estado de Pernambuco, o Estado se compromete perante a COHAB - PE a: "entregar tempestivamente à COHAB - PE todas as quantias em moeda corrente nacional necessárias ao pagamento pela COHAB - PE de todas as dívidas desta para com a UNIÃO FEDERAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e BANCO DO BRASIL S.A., relativas aos débitos da COHAB - PE, existentes na data da assinatura do instrumento contratual, vendidas ou vincendas, já anteriormente garantidas pelo ESTADO conforme consta dos seus respectivos instrumentos constituidores ou consolidadores dessas dívidas, no montante estimado de R\$ 540.436.592, posicionados em 1º de dezembro de 1998, até a total extinção, mediante pagamento e quitação dessas mesmas dívidas pelos respectivos credores da COHAB - PE;" fazer sempre que necessário, aportes de recursos à COHAB - PE, em moeda corrente nacional, no montante suficiente para fazer face às despesas de custeio da COHAB - PE, quando as receitas operacionais desta se mostrarem insuficientes para sua regular manutenção; "entregar à COHAB - PE todas as quantias em moeda corrente nacional necessárias ao pagamento pela COHAB - PE das dívidas, por ela assumidas, decorrentes da celebração de presente contrato ou necessárias para sua celebração, ou ressarcir à COHAB - PE das que pagou a este título." Recompor, até o final do exercício financeiro de 1999, o ativo contábil realizável da COHAB - PE, repassado para o Governo do Estado de Pernambuco, inclusive, se for o caso, com a entrega à COHAB - PE ou o oferecimento em garantia de bens do Estado suficientes para recomposição do seu ativo realizável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. - **Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência.

- **Ativo circulante e realizável a longo prazo** - São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos ou deduzidos de provisão para eventual perda. - **Aplicações financeiras** - Estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos e são representadas por recursos aplicados no mercado financeiro, basicamente, em títulos renda fixa e fundo de investimento financeiro.

- **Permanente** - Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a) Os investimentos relevantes em empresa coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (nota XX); b) Depreciação dos bens do ativo imobilizado pelo método linear de acordo com as taxas mencionadas na nota nº 7; e c) Amortização das despesas diferidas, pelo prazo de dez anos a partir da data em que os benefícios são auferidos.

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade c/ as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

5. CONTAS A RECEBER		R\$ - 2000	R\$ - 1999
Cla. Usina Bulhões		664.429	664.429
Usinas Maravilhas S/A.		1.449.985	1.449.985
Usina Bom Jesus S/A.		774.879	774.879
Usina Barão de Suassuna S/A.		724.973	724.973
Usina Cuangui S/A.		1.506.062	1.506.062
Usina Pumaty S/A.		2.869.121	2.869.121
Usina Salgado S/A.		1.063.475	1.063.475
		9.052.924	9.052.924
Fundos Estaduais			77.732
Outras contas a receber - EMATER		668.236	668.236
		9.721.160	9.798.892
		=====	=====

A PERPART mantinha aplicação financeira no Banco do Brasil Sogeral S.A.. Em 1º de julho de 1998, as referidas aplicações foram dadas em garantia a esse mesmo banco para suprir carta de crédito aberta pelo citado Banco às Usinas referidas acima. Em função dessa garantia, às Usinas assinaram Instrumento Particular de Confissão de Dívida no sentido de garantir o pagamento da operação feita pela PERPART com o Banco Sogeral S.A. As referidas Usinas deram, através de penhor agrícola, cana-de-açúcar de sua propriedade no volume de cerca de 427 mil toneladas. Como as Usinas referidas acima não cumpriram com os compromissos de exportação de açúcar nos prazos pré-estabelecidos, o Banco Sogeral S.A., em 16 de dezembro de 1998 executou a garantia prestada pela PERPART e, conseqüentemente, baixou a aplicação financeira no valor de R\$ 7.208.558,90 correspondente a US\$ 5.992.000. A PERPART, através de seus assessores jurídicos, propôs contra as Usinas Devedoras Ação Ordinária da Obrigação de Fazer Pedido de Antecipação de Tutela e é de opinião que as medidas judiciais tomadas foram adequadas e estão conflantes no sucesso das medidas encetadas, dado os seus próprios e vastos fundamentos jurídicos. Atendendo recomendação da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, através do Parecer nº 12/99-A de 26 de novembro de 1999, foi procedido o estorno da variação cambial sobre os valores constantes em contas a receber das Usinas.

6. INVESTIMENTOS

6.1 Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco S.A. - LAFEPE

Em Reais ou de outra forma indicada		2000	1999
Quantidade total de ações		95.334.028	95.334.028
Quantidade de ações possuídas		35.200.000	35.200.000
Patrimônio Líquido - investida	R\$ 14.291.498	R\$ 7.543.040	
Participação no capital		36,92%	36,92%
Saldo Inicial		2.784.890	
Aquisição do investimento			R\$189.098
Equivalência patrimonial			
Registrada no result. do exercício		1.597.691	1.853.599
Registrada como reserv. de cap.		446.920	
Registrada como reserv. de reaval.			742.193
		2.044.611	2.784.890
		105.373	105.373
		4.934.874	2.890.263
		=====	=====

6.2 Outros investimentos

		2000	1999
Terrenos e benfeitorias	Custo	6.470.663	6.470.663
Edificações	Depreciação Acumulada	(6.976.277)	(4.296.512)
Móveis e utensílios	Líquido	4.886.512	4.296.512
Aparelhos celulares	Líquido	1.028.71	1.028.71
Computadores e periféricos	Líquido	1.641	1.641
Obras em andamento	Líquido	108.167	100.367
Veículos	Líquido	108.187	108.187
Máquinas e equipamentos	Líquido	114.545	114.545
Aeronaves e embarcações	Líquido	337.418	307.155
Instalações	Líquido	8.956	8.956
Outros	Líquido	218.611	218.611
	Líquido	11.875	(11.875)
	Depreciação Acumulada	(16.889.022)	
	Líquido	12.457.571	11.729.508
		=====	=====

8. DIFERIDO

		2000	1999
Gastos de organização e administração		10.241	10.241
Amortização acumulada		(2.645)	(1.821)
		7.596	8.620
		=====	=====

9. FGTS - PARCELAMENTO - Em 21 de novembro de 2000, a Caixa Econômica Federal deferiu o pedido de parcelamento solicitado pela Companhia referente ao débito com o FGTS, oferecendo como garantia as receitas da PERPART S/A originárias de transferências do tesouro estadual. Os encargos financeiros estão fundamentados na Lei nº 9.964, artigo 6º e 6º, de 10 de abril de 2000, que institui o REFIS.

Parcelamento nº		1ª parcela	Última	Saldo 31/12/2000
2000017515	21/11/2000	21/10/2005		954.639
2000017516	21/11/2005	21/10/2015		2.512.537

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		2000
Financiamentos - CEF/Cohab-PE		562.908.488
Financiamento - CEF/Porto de MADURO		7.842.262
		570.750.750
		=====

11. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

Em 29 de novembro de 2000, a Companhia ingressou no programa de recuperação fiscal - REFIS. Esse programa visa à regularização de créditos da União, de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal - SRF e pelo Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, relativos a fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2000. O programa prevê a utilização de créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social para a liquidação dos valores correspondentes às multas e juros incluídos no programa, além da atualização monetária com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. A Companhia optou pelo pagamento de parcelas mensais com base no percentual de 1,5 % da sua receita bruta mensal. Os débitos consolidados estão sendo pagos desde abril de 2000 e totalizam R\$ 34.482 até 31 de dezembro de 2000.

12. CAPITAL SOCIAL: O Capital autorizado é de R\$ 500.000.000, representado por 500.000 ações ordinárias normativas, sem valor nominal. O capital integralizado é de R\$ 49.370.102, representado por 42.067 ações ordinárias normativas, sem valor nominal.

DIRETORIA

Livino Tavares Neto - Dir. Presidente

Edilson Gouveia de Sá Barreto - Dir. Financeiro e de Investimentos

Carlos Anselmo Paulino - Dir. Administração Geral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Eliseu Costa Romão - Presidente

Sebastião Jorge Jatobá Bezerra dos Santos

José Arlindo Soares

Gustavo da Mata Pontual Sampaio

Sérgio Kano

CONSELHO FISCAL

Mônica Lima Macena - Presidente

José Alencar de Araújo

Marúlio de Aguiar

CONTINUAÇÃO →



CNPJ: 02.534.914/0001-68.



CONTINUAÇÃO

Parecer dos Auditores Independentes - Aos Administradores e acionistas da **Pernambuco Participações e Investimentos S.A.** Recife - PE 1. Fomos contratados para auditar as demonstrações contábeis da Pernambuco Participações e Investimentos S.A. - PERPART relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2000, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. 2. A Pernambuco Participações e Investimentos S.A. - PERPART incorporou, em 31 de outubro de 1999, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco - EMATER, com Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 23.641.927 (Vinte e três milhões, seiscientos e quarenta e um mil, novecentos e vinte e sete reais), e a Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco - COHAB, com Patrimônio Líquido de R\$ 36.170.102 (trinta e seis milhões, cento e setenta mil, cento e dois reais). Como decorrência dessas incorporações, os saldos das contas contábeis dessas empresas foram transferidos para os registros contábeis da Pernambuco Participações e Investimentos S.A. - PERPART. Os controles internos mantidos pela empresa sobre o saldo destas contas incorporadas são deficientes e não nos permite concluir sobre os seus saldos. A Administração da empresa está adotando providências para sanar esses problemas e estimo regularizar tais deficiências até o final do exercício de 2001. 3. Em nossa opinião, devido a relevância dos assuntos mencionados no parágrafo segundo, a extensão do nosso exame não foi suficiente para nos possibilitar expressar, e por isso não expressamos, opinião sobre as demonstrações contábeis da Pernambuco Participações e Investimentos S.A. - PERPART em 31 de dezembro de 2000, referidas no parágrafo 1º. 4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores que emitiram parecer, com as ressalvas a seguir relacionadas, datado de 16 de maio de 2000: "O patrimônio líquido incorporado da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco - EMATER - PE em 31 de outubro de 1999, foi avaliado por peritos que emitiram seu Laudo de Avaliação em 19 de novembro de 1999, com as seguintes observações: a) ativo circulante - contas a receber do Governo do Estado de Pernambuco - correspondente aos recursos de custeio da empresa, pendentes de repasse, registrados contabilmente pelo regime de competência, com base nos extratos financeiros do sistema da Secretaria da Fazenda. Os controles gerenciais da empresa, indicam a existência de recursos de créditos orçamentários correspondentes às rubricas "aproveitamento de recursos hídricos" no montante de R\$ 2.818.000,00, e "assistência técnica e extensão rural" (carros-pipa) no montante de R\$ 2.450.845,00, que não estão registrados contabilmente; b) ativo circulante - estoques, no montante de R\$ 22.580,00 - correspondente a 50% da nota fiscal n.º 000293, de 16.05.98, referente à compra de 40 cataventos de 10 metros, triangular, que tiveram devolução parcial de peças para conserto e, por esse motivo, encontram-se com pagamento em aberto na conta de fornecedores; c) ativo circulante - depósitos e cações, no montante de R\$ 540.281,79 - correspondente a depósitos efetuados em julho, decorrentes de causas trabalhistas em andamento, cuja composição individual de conta não foi nos apresentada, por falta de informações dos assessores jurídicos da Empresa; d) ativo permanente - investimentos, no montante de R\$ 60.818,75 - que não nos foi apresentada a documentação correspondente de forma a podermos avaliar os montantes registrados; e) ativo permanente - imobilizado, no montante de R\$ 2.295.706,26 - em função de comissão interna da empresa, ter desenvolvido trabalho de levantamento físico dos bens em 1999, o qual não foi previamente compatibilizado ao sistema de controle patrimonial, o que inviabilizou as confrontações finais para eventuais ajustes, principalmente considerando-se o prazo de encerramento das demonstrações contábeis extraordinárias de 31.10.99. Além disso, não foram efetuadas as valorizações de bens identificados no levantamento da Comissão e não incluídos no sistema de controle patrimonial da empresa; f) passivo circulante - obrigações sociais e fiscais, relativamente a PASEP, em função de empresa não registrar e nem recolher o PASEP incidente sobre as transferências de recurso para custeio, efetuadas pelo Estado de Pernambuco (receita de transferência de recursos) em montante impraticável de determinação. Com a edição de Medida Provisória n.º 1858-6, de 29.06.99, que contemplou novas disposições sobre o PASEP, as receitas recebidas a título de repasse, oriundas do orçamento da União, Estados e Municípios pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, estão isentas da contribuição a partir de 01.02.99; g) passivo circulante - provisões para contingências trabalhistas e cíveis, montante de R\$ 5.481.874,92 - em função dos saldos não terem sido confirmados pelos assessores jurídicos da empresa; h) passivo circulante - outras contas a pagar, especificamente com relação à conta "fretes e carretos" correspondente ao débito junto a diversos frentistas, pelo transporte de água, através de carros (documento interno e EMATER), foi registrado no balanço patrimonial do exercício findo em 31.12.98, o montante de R\$ 4.510.057,76 como provisão dos serviços prestados. Posteriormente, durante o exercício de 1999, foi constituída Comissão interna visando o levantamento e conferência dos valores restando um saldo contábil de R\$ 1.474.064,91 não habilitado para pagamento." As Demonstrações Contábeis da Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco COHAB-PE em 31 de outubro de 1999, utilizadas para a incorporação na Pernambuco Participações e Investimentos S.A. - PERPART, para a mesma data-base, foram examinadas por auditores independentes que emitiram seu parecer em 18 de novembro de 1999, com a seguinte ressalva: "Os atuais controles internos mantidos pela Companhia, ainda não nos permitiram aplicar de maneira satisfatória, os procedimentos de auditoria necessários nas circunstâncias para avaliação dos saldos das contas "Prestações a Receber a Curto Prazo", "Devedores por Vendas Compromissadas", "Bens Imóveis Disponíveis para Comercialização", "Projetos em Fase de Desenvolvimento", e "Terrenos", que representam cerca de 12% do ativo total. Como consequência, também ficamos impossibilitados de concluir sobre os saldos das contas de "Receitas Financeiras de Devedores por venda Compromissadas", "Receitas de Comercialização", "Receitas de Produção", "Despesa de Produção", "Despesas de Gestão de Crédito". Os assuntos mencionados nos parágrafos acima ainda não foram ajustados, permanecendo a impossibilidade de concluirmos sobre os saldos das contas mencionadas. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos decorrentes dos assuntos expostos nos parágrafos acima, as demonstrações contábeis citadas no parágrafo 1, representam a posição patrimonial e financeira da PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. - PERPART, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, relativos ao período findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade previstos na legislação societária". Recife (PE), 18 de abril de 2001. JFS Auditores e Consultores Associados S/C - CRC - PE 478/O-2. **José Félix de Souza Júnior - Sócio - Contador CRC - PE 13.564.**

CNPJ (MF) nº 01.585.320/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos senhores acionistas as demonstrações financeiras de **BR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2000.

Recife, 13 de março de 2001
A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2000 e 1999
(Em milhares de reais)

ATIVO			PASSIVO		
	2000	1999		2000	1999
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	14	15	Outras contas a pagar	82	81
Aplicações financeiras	17.107	15.336	Total do passivo circulante	82	81
Impostos a recuperar	3.022	2.173	Exigível a longo prazo		
Outras contas a receber	12	-	Provisão para perda com investimentos	25.693	2.231
Total do ativo circulante	20.155	17.524	Instituições financeiras	252.691	206.634
Realizável a longo prazo			Obrigações sociais e tributárias	309	161
Contas a receber de empresas associadas	1.820	1.680	Total do passivo exigível a longo prazo	278.693	209.026
Total do ativo realizável a longo prazo	1.820	1.680	Patrimônio líquido		
Permanente			Capital social	137.163	137.163
Investimentos	267.546	265.445	Prejuízos acumulados	(126.417)	(61.621)
Total do ativo permanente	267.546	265.445	Total do patrimônio líquido	10.746	75.542
Total do ativo	289.521	284.649	Total do passivo	289.521	284.649

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999
(Em milhares de reais)

	Reservas de Capital			
	Capital	Agio na emissão		Prejuízos
	Social	Outras	de ações	Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 1998	114.507	-	33.366	-
Aumento de capital com emissão de ações	22.656	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(94.987)
Absorção por prejuízos acumulados	-	-	(33.366)	33.366
Saldos em 31 de dezembro de 1999	137.163	-	-	(61.621)
Doações recebidas	-	241	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(65.037)
Absorção por prejuízos acumulados	-	(241)	-	241
Saldos em 31 de dezembro de 2000	137.163	-	-	(126.417)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2000 e 1999
 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
BR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A., foi constituída em 28 de novembro de 1996, e tem por objeto social a participação como sócia, acionista ou quotista no capital de outras sociedades, que possuam objetos iguais ou diferentes do seu.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
O exercício social de **BR Participações** compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo as disposições da Legislação Societária Brasileira aplicáveis a entidades em continuidade operacional normal. Estas disposições, desde de 31 de dezembro de 1995, não requerem o reconhecimento dos efeitos da inflação.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 1999 sofreram pequenas reclassificações com o objetivo de melhorar a apresentação das mesmas.

As práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 3 foram aplicadas de maneira consistente com aquelas usadas no ano anterior.

3. Resumo das principais práticas contábeis
Na observância do regime de competência, a Companhia adota as seguintes principais práticas contábeis:

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas estão registradas pelo regime de competência;
b) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas em conjunto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. É constituída a provisão para perdas quando da existência de passivo a descoberto em empresas investidas.

4. Investimentos em empresas controladas em conjunto

a) Dados sobre controladas

	2000				1999	
	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Participação no capital %	Equivalência Investimento	Equivalência Investimento
Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste	543.126	533.209	3.573	50,12%	1.804	267.248
Hipercard Ltda.	22.031	51.271	30.134	5,44%	17	209
Transportadora Bompreço Ltda.	3.696	3.836	315	0,17%	52	89
					1.873	267.546
						(9.585)
						265.445

b) Mutações dos investimentos

	2000	1999
Saldo no início do exercício	265.445	262.810
Lucros distribuídos de empresas ligadas	(120)	-
Aumento de investimentos	239	11.710
Equivalência patrimonial	1.873	(9.585)
Ganhos nos investimentos	109	510
Saldo no fim do exercício	267.546	265.445

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999
(Em milhares de reais)

	2000	1999
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado da equivalência patrimonial	1.873	(9.585)
Despesas administrativas	(384)	(29)
Despesas financeiras, líquidas	(43.185)	(83.673)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	22
Prejuízo operacional	(41.671)	(93.265)
Despesas não operacionais, líquidas	(23.366)	(1.722)
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(65.037)	(94.987)
Prejuízo do exercício	(65.037)	(94.987)
Prejuízo por ação do capital realizado no fim do exercício (em reais)	(1,68)	(2,45)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999
(Em milhares de reais)

	2000	1999
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das operações sociais:		
Valores que não afetam o capital circulante:		
Encargos financeiros sobre exigível a longo prazo	46.066	83.582
Juros e encargos sobre contratos de mútuo	(260)	(1.732)
Equivalência patrimonial	(1.873)	9.585
Provisão para perda com investimentos	23.464	2.232
Ganhos nos investimentos	(109)	(510)
Recursos originados das operações	67.288	93.157
Dos acionistas:		
Aumento de capital	-	22.656
De terceiros:		
Recebimentos e baixas no realizável a longo prazo	120	5.233
Acréscimo no exigível a longo prazo	137	149
Lucros distribuídos de empresas ligadas	120	-
Doações recebidas	241	-
Total das Origens	67.906	121.195
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Prejuízo do exercício	65.037	94.987
Aplicação em investimentos	239	11.710
Total das Aplicações	65.276	106.697
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
	2.630	14.498
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Capital circulante líquido		
No início do exercício	17.443	2.945
No fim do exercício	20.073	17.443
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
	2.630	14.498

5. Instituições financeiras

	2000	1999
Empréstimos FAN de empresa ligada, em moeda estrangeira, com vencimento em dezembro de 2006. Incidem sobre o mesmo juro de 13,5% a.a..	252.691	206.634

6. Dividendos

d. Dividendos
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro do exercício, a critério da assembleia geral.

7. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2000 está representado por 38.699.423 ações ordinárias não nominativas e sem valor nominal.

8. Despesas não operacionais, líquidas

	2000	1999
Provisão para perda com investimentos	(23.464)	(2.232)
Outras	98	510
	(23.366)	(1.722)

DIRETORIA

Thomas Durk Hendricus den Hertog
Diretor

Marcelo José Ferreira e Silva
Diretor

MarceloIVALDO DA SILVA
Gerente de Contabilidade
CRC/PE - 013739/0-0